

PRECISAM-SE DE MUDANÇAS DE POLÍTICAS NO SECTOR FERROVIÁRIO



Na quarta feira, dia 21, realizou-se uma reunião com a administração da CP, convocada para discutir a calendarização do processo de negociação do Regulamento de Carreiras, mas que acabou por ser uma reunião de despedida, já que o governo anunciou publicamente os novos nomes que irão gerir a empresa nos próximos tempos.

Da reunião concluiu-se que, neste momento, não há qualquer garantia que o trabalho que vinha sendo feito, embora lento, tenha sequer continuação.

Da parte do presidente da administração foi feito um balanço do seu mandato, ao qual tivemos oportunidade de dizer que é um balanço feito na base de um conjunto de argumentos que sempre defendemos, nomeadamente, que o desenvolvimento do caminho de ferro se faz, não com o seu desmembramento, antes pelo contrario, na base de uma gestão integrada de todos os meios.

A defesa de um sector único foi uma batalha que sempre travámos, (nalgumas vezes sozinhos), mas constatamos agora que a defesa deste modelo se vai alargando, pelo que dizemos que valeu a pena lutar e terá que ser com a luta que continuaremos a defender uma empresa pública, a prestar um serviço público.

É PRECISO SABER AO QUE VÊM

Relativamente ao futuro, entendemos que mais que discutir ou analisar nomes, é preciso saber quais os objectivos que trazem para a CP, numa altura que ao sector ferroviário se colocam as medidas de aumento da liberalização do caminho de ferro determinadas pelo 4º pacote ferroviário

As questões que se colocam é saber se vamos ter:

- **Uma gestão virada para a gestão integrada da CP e empenhada numa linha de unificação do sector, ou virada para criar as condições de liberalização total da CP a partir de 2020?**
- **O desenvolvimento de medidas para a renovação do material circulante pela CP, para aumentar a oferta e garantir um serviço público de qualidade em todos os segmentos?**
- **Uma lógica de aquisição de material circulante na defesa do aumento da produção nacional, no qual a EMEF possa ter um forte papel, ou se vamos para medidas de esvaziamento desta empresa em favor dos interesses dos grandes produtores de material circulante?**
- **O prosseguimento do plano de desmembramento da EMEF, ou antes dar-se-á resposta à reivindicação do seu retorno à CP?**
- **A continuação efectiva da negociação colectiva, com vista à melhoria dos salários e das carreiras profissionais, ou vai-se destacar os constrangimentos impostos pelo Orçamento do Estado para manter o congelamento dos salários que são os mesmos desde 2009?**
- **O empenho no aumento do número de trabalhadores que fazem falta, ou prosseguir a política de redução de efectivos que origina um aumento das cargas e ritmos de trabalho?**



ESTÁ NAS NOSSAS MÃOS INFLUENCIAR O FUTURO

Ao longo dos tempos foi a intervenção e luta organizada dos trabalhadores que construiu o património de direitos laborais e sociais, foi com a luta que combatemos as privatizações e recuperámos os direitos roubados pelo PSD/CDS durante o período de intervenção da “troyka”, será com a luta que daremos com que o futuro que queremos seja o da melhoria das condições de vida e trabalho, da defesa do serviço público e de um sector ferroviário ao serviço do País e das populações.

Tal como no passado tudo faremos para que na CP e no sector ferroviário, se dinamize e reforce a unidade na acção nos locais de trabalho e que o mesmo possa depois ter reflexos ao nível das diferentes organizações de trabalhadores, unindo em torno daquilo que é comum a todos os ferroviários – Melhores salários e carreiras, defesa dos postos de trabalho, defesa da CP pública e por um sector ferroviário unificado.

Brevemente iremos desenvolver acções concretas nesse sentido.

SUBSÍDIO DE TRANSPORTE

Há muito tempo que temos exigido da CP que a aplicação do subsídio de transporte assinado no ano passado, seja feito de uma forma equilibrada, rotativa pelos trabalhadores e que se ponha termo a situações injustas que todos conhecem, implementadas a pretexto da aplicação do acordo assinado.

Depois de diversas discussões, foi feito aditamento ao acordo de Novembro do ano passado, em que se mantém a regra de proibição de entradas e saídas de serviço entre as 02h e as 05h, em que mantém a possibilidade de opção do trabalhador, mas em que se introduzem as seguintes alterações:

O subsídio de transporte corresponde ao pagamento dos quilómetros do percurso (p) de ida e regresso entre a residência do trabalhador e o local de apresentação, ao valor estabelecido para deslocação em automóvel próprio no regime previsto para os trabalhadores em funções públicas (actualmente com o valor unitário 0,36 €), considerando um mínimo de 50 km correspondente a um abono de 18 € e no máximo de 80 km, por percurso, de acordo com a seguinte equação:

$$X = 18 + 0,36 * (p - 50), \quad 50 < p \leq 80$$

A distribuição dos serviços previstos em escala/turnos abrangidos pelo pagamento do subsídio de transporte será feita de modo a que cada trabalhador afecto a essa escala/turno realize em média pelo menos 6 serviços por mês.

Independentemente do número de serviços realizados abrangidos pelo pagamento do subsídio de transporte apenas serão considerados, por cada trabalhador, para efeito de pagamento, o máximo de 8 serviços por mês.

As ocorrências zero, verificadas por trabalhador e em cada mês, serão objecto de análise, com periodicidade trimestral, pelo Sindicato e a Empresa, iniciando-se o primeiro trimestre, para este efeito, no mês de junho de 2017, inclusive.

Há o compromisso de se analisar diversas situações apresentadas pelo Sindicato e, nesse sentido, vão ser alteradas, para já as escalas em Évora; Ermesinde; Oriente; Mangualde.

Por outro lado, os trabalhadores têm que estar atentos a este aditamento para terem atenção dos limites mínimos e máximos e, com o Sindicato, exigirem que as escalas sejam organizadas segundo esta nova realidade, que permite que todos o máximo de trabalhadores, que laboram por turno e escalas, sejam abrangidos pelo subsídio de transporte.

**DÁ FORÇA ÀS TUAS REIVINDICAÇÕES E LUTA
SINDICATIZA-TE NO SNTSF/FECTRANS, O SINDICATO DA CGTP-IN NO
SECTOR FERROVIÁRIO
SNTSF O SINDICATO DE TODOS OS FERROVIÁRIOS**



Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário